

## **Requerimento nº 9 de 2011 - CE**

**(Da Senadora ÂNGELA PORTELA)**

Requer a realização de audiência pública para examinar o processo de expansão da educação infantil após a vigência do Fundeb

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Ex.<sup>a</sup>, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública com o objetivo de discutir o processo de expansão da educação infantil após a aprovação de legislação destinada a favorecer sua universalização.

Nessas condições, indico para convidados-expositores:

- Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, secretária de Educação Básica do Ministério da Educação;
- Daniel Silva Balaban, presidente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação;
- Dioclécio Campos Júnior, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria e Secretário da Criança do Governo do Distrito Federal;
- Vital Didonet, Ex-presidente da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar/Brasil e vice presidente da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar para a América Latina, ex-coordenador de educação pré-escolar no Ministério da Educação

### **JUSTIFICAÇÃO**

Sabemos que se registra uma evolução no alcance da educação infantil no País. Mesmo assim, os últimos dados do INEP revelam que

o total de matrículas de crianças nessa faixa etária resumem-se a 6.762.631. Na maior parte das unidades da Federação menos de 10% do público-alvo é atendido. No entanto, a importância da educação infantil não pode ser minimizada. É nessa faixa etária que se desenvolve a estrutura referencial das crianças e que se estabelecem padrões culturais que influenciarão toda a sua vida.]

O Brasil passa por uma fase de transição nessa área. De uma oferta privada, persistente na década dos 1980, transitamos para a preponderância da iniciativa pública, por meio da oferta municipal nos anos 2000, sob responsabilidade das secretarias ou departamentos de educação. Estatísticas ministeriais informam que 74% das matrículas na educação infantil são públicas. Devemos lembrar ainda que a expansão da educação infantil é uma das prioridades do Plano Nacional de Educação ora em debate. Com efeito, pretende-se “universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos”.

Desejamos, dada a relevância da educação infantil e da necessidade imperiosa de ampliar o atendimento das crianças na faixa de idade até os cinco anos, examinar o quadro nacional nessa área, assim como estudar medidas que possam aperfeiçoá-lo.

Sala da Comissão, em 29 de março de 2011.

**Senadora ÂNGELA PORTELA**